

SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Oficial PM (2° Tenente)



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto CG2A1-I (Questões 01 a 09)

Nos últimos anos, apesar de muitas empresas terem se destacado na promoção da sustentabilidade por meio de medidas e ações como a redução de pegadas de carbono e da utilização de água, relativamente poucas fazem dessa sustentabilidade uma parte essencial de suas marcas.

As empresas que o fazem, todavia, encontram um público consumidor ávido por ajudar a promover a conservação ambiental — especialmente no Brasil. Uma pesquisa de consumo mostrou que até 75% dos brasileiros estão dispostos a pagar mais por variedades sustentáveis.

O poder da onda verde e o consumo consciente manifestam-se também no crescimento de novas marcas que fazem uso de materiais naturais ou com menor impacto sobre o planeta. Além disso, mesmo marcas já estabelecidas podem usar a sustentabilidade para reacenderem a sua relevância, desde que seus produtos e serviços sejam verdadeiramente alinhados a estratégias ecológicas.

Segundo um estudo de uma consultoria, as principais barreiras para a compra dos chamados “produtos verdes” são: consciência de que o produto/serviço existe, disponibilidade, preço, conveniência, qualidade, confiança, interesse e fatores sociais — como relutância para mudar hábitos já estabelecidos, por exemplo.

Embora rever hábitos antigos seja difícil, de acordo com a consultoria, o caminho do sucesso é esclarecer para o consumidor que escolhas ambientalmente corretas também podem atender a suas necessidades.

Internet – Adaptado

01. Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que é gramaticalmente correta e preserva o sentido do seguinte trecho do primeiro parágrafo do texto CG2A1-I: “apesar de muitas empresas terem se destacado”.

- A a fim de que muitas empresas se destaquem
- B caso muitas empresas tivessem destacado-se
- C à medida que muitas empresas foram se destacando
- D embora muitas empresas se tenham destacado
- E se muitas empresas forem-se destacando

02. No texto CG2A1-I, o emprego do sinal de dois-pontos no quarto parágrafo tem a finalidade de

- A anunciar uma retificação acerca do trecho antecedente.
- B desfazer uma ambiguidade.
- C marcar o início de um diálogo.
- D introduzir uma enumeração.
- E iniciar uma divagação.

03. A correção gramatical e o sentido original do texto CG2A1-I seriam mantidos caso

I. o pronome “se”, em “manifestam-se” (primeiro período do terceiro parágrafo), fosse deslocado para imediatamente antes da forma verbal — escrevendo-se se manifestam.

II. o vocábulo “já”, no segundo período do terceiro parágrafo, fosse deslocado para imediatamente depois de “estabelecidas”.

III. a expressão “por exemplo”, no último período do quarto parágrafo, substituísse a palavra “como” que está empregada depois do travessão, desde que feitos os devidos ajustes no emprego da pontuação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

04. No primeiro período do segundo parágrafo do texto CG2A1-I, o vocábulo “ávido” está empregado no sentido de

- A ocioso.
- B desejoso.
- C austero.
- D apático.
- E altivo.

05. Conclui-se das ideias expressas no texto CG2A1-I que seu objetivo geral é

- A refutar escolhas ambientalmente corretas.
- B incentivar o consumismo e a alta produção industrial.
- C apresentar informações sobre consumo consciente e sustentabilidade.

- D contestar os dados obtidos por uma pesquisa.
- E mostrar maneiras de reduzir o consumo de água.

06. No último parágrafo do texto CG2A1-I, a palavra “esclarecer” está empregada como sinônimo de

- A retribuir.
- B convencer.
- C lecionar.
- D solucionar.
- E explicitar.

07. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do terceiro parágrafo do texto CG2A1-I: “Além disso, mesmo marcas já estabelecidas podem usar a sustentabilidade para reacenderem a sua relevância, desde que seus produtos e serviços sejam verdadeiramente alinhados a estratégias ecológicas.”. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém a correção gramatical e os sentidos do texto.

- A Além disso, ainda que as marcas já estivessem estabelecidas, deveriam ter usado a sua relevância para verdadeiramente reacenderem a sustentabilidade, desde que seus produtos e serviços estivessem alinhados a estratégias ecológicas.
- B Além disso, desde que seus produtos e serviços sejam verdadeiramente alinhados a estratégias ecológicas, até mesmo marcas que já estejam estabelecidas podem usar a sustentabilidade para reacender a sua relevância.
- C Além disso, mesmo que seus produtos e serviços sejam verdadeiramente alinhados à sua relevância, marcas já estabelecidas podem usar estratégias ecológicas para reacenderem a sustentabilidade.
- D Além disso, marcas já estabelecidas podem usar a sustentabilidade para reacenderem a sua relevância, já que seus produtos e serviços são verdadeiramente alinhados a estratégias ecológicas.
- E Além disso, para marcas já estabelecidas usarem a sustentabilidade e reacenderem estratégias ecológicas, seus produtos e serviços devem ser verdadeiramente alinhados à sua relevância.

08. Considerando-se as características do texto CG2A1-I, é correto classificá-lo, quanto ao gênero textual, como

- A anúncio publicitário.
- B entrevista.
- C notícia.
- D crônica.
- E regulamento.

09. No primeiro parágrafo do texto CG2A1-I, após o termo “poucas”, está subentendida a palavra

- A empresas.
- B medidas.
- C ações.
- D pegadas.
- E marcas.

10. A frase está redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância e regência em:

- A O grupo de amigos, que sempre passam o Reveillon juntos, optou por não ir ao litoral na próxima virada.
- B Ao chegarmos a uma certa idade, é natural de que optemos por não assumirmos mais tantos compromissos.
- C Convites para trabalhos extra devem ser feitos com muita antecedência, sobretudo os não-remunerados.
- D Por falta de tato, houveram certas colocações inadequadas que levaram a palestrante responder negativamente.
- E A autocobrança e o receio de magoar o outro pode nos colocar em situações que não gostaríamos de estar.

Legislação

11. Jonas, policial militar no estado Alfa, foi instado pelo seu superior a proceder à leitura da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Em assim sendo, durante a análise da legislação, a atenção de Jonas foi captada por uma determinada diretriz que deve ser observada pelas polícias militares. De acordo com as disposições da Lei nº 14.751/2023, é uma diretriz que deve ser observada pelas polícias militares no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais a:

- A publicidade, com transparência e prestação de contas;
- B proteção, promoção e respeito aos direitos humanos;
- C universalidade na prestação do serviço;
- D capacitação profissional continuada;
- E hierarquia e disciplina.

12. Consoante o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal (DF), a respeito dos bens do DF, assinale a alternativa correta.

- A Os bens declarados inservíveis devem ser destinados a doação.
- B O uso de bens do DF por terceiros poderá ser feito mediante concessão administrativa de uso, permissão ou autorização.
- C Os bens dominiais não podem ser utilizados como instrumento para a realização de políticas de ocupação ordenada do território.
- D Os bens imóveis do DF em nenhuma hipótese podem ser objeto de comodato.
- E A administração dos bens do DF compete à Câmara Legislativa.

13. Nos termos do Decreto Federal nº 10.443/2020, o órgão de assessoramento do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal responsável pelo planejamento estratégico e centro do sistema de planejamento, programação e orçamento é o/a

- A Alto-Comando.
- B Estado-Maior.
- C Departamento de Operações.
- D Assessoria.
- E Departamento de Logística e Finanças.

14. Segundo determina o Decreto nº 88.777/1983, quando o policial militar estiver a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado, o policial estará

- A em aprestamento.
- B em aforamento.
- C ao encargo.
- D em missão.
- E à disposição.

15. A Polícia Militar do Distrito Federal

- A é organizada e mantida pelo Governo do Distrito Federal em razão da simetria com as mesmas organizações no plano dos Estados da Federação.
- B atua de maneira repressiva em caso de perturbação da ordem pública, enquanto a atuação preventiva fica à cargo da Polícia Civil do Distrito Federal.
- C constitui força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro nos casos de convocação ou mobilização.
- D tem no Estado-Maior seu órgão máximo na hierarquia, responsável pela execução das diferentes missões policiais-militares.
- E possui expressa função legal de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de calamidade pública.

Distrito Federal e Política para Mulheres

16. A Lei Complementar nº 94/1988, art. 5º, dispõe que os programas e os projetos prioritários para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), com especial ênfase para os relativos à infraestrutura básica e à geração de empregos, serão financiados com recursos

- A exclusivos da União.
- B oriundos da concessão de serviços e de infraestrutura para a iniciativa privada.
- C a fundo perdido, financiados por fundos de pensão de empresas estatais.
- D oriundos da União, do Distrito Federal, dos estados de Goiás e de Minas Gerais e dos municípios integrantes da RIDE-DF.
- E oriundos da poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), depositados em bancos públicos.

17. A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) subordinou-se, entre outros, ao objetivo de

- A promover o desenvolvimento econômico da porção do território goiano que não se integrou ao estado de Tocantins, criado pela Constituição de 1988.
- B fazer do Governo Federal o principal responsável pela geração de empregos nos municípios goianos e mineiros limítrofes ao Distrito Federal.
- C assegurar que o trabalho de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição ambiental seja arcado integralmente pelos municípios integrantes da RIDE.
- D transferir à União a responsabilidade direta pela operação do sistema de transporte público da região, incluindo a fixação das tarifas a serem pagas pelos usuários.
- E articular, em termos de serviços públicos comuns, a ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal na região.

18. Conforme o Decreto Federal nº 7.469/2011, compete ao COARIDE, exceto:

- A coordenar as ações dos entes federados que compõem a RIDE, visando ao desenvolvimento e ao aumento das desigualdades regionais;
- B aprovar seu regimento interno;
- C coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RIDE;

D harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento;
E indicar providências para compatibilizar as ações desenvolvidas na RIDE com as demais ações e instituições de desenvolvimento regional.

19. Sobre o II Plano Distrital de Políticas para Mulheres do Distrito Federal (II PDPM-DF), assinale a alternativa incorreta.

A Os seus eixos servem como base para os processos de planejamento, de formulação, de acompanhamento e de avaliação de futuras políticas públicas a serem implementadas pelo governo do Distrito Federal

B Sua elaboração demonstrou como importante objetivo o de reconhecer o fundamental papel da parceria entre sociedade civil e o Distrito Federal na elaboração de políticas públicas voltadas para as mulheres no mundo do trabalho

C É resultado de um longo diálogo entre o governo do Distrito Federal e a sociedade civil

D Na sua formulação foram considerados documentos internacionais, nacionais e distritais e, de maneira especial, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que foram estabelecidos pela ONU

E Dentre os objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas na sua formulação, destaca-se o 5º objetivo que versa sobre “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”

20. Assinale a alternativa que corresponde a uma das metas do Eixo 1 – Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023.

A Aumentar o número de mulheres participando da formulação e implementação das políticas públicas por meio da representação em conselhos, fóruns e comitês.

B Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do Distrito Federal.

C Implantar o Centro Especializado de Saúde da Mulher (CESMU) nas regiões de saúde do Distrito Federal.

D Reduzir os índices de violência contra as mulheres e de feminicídios.

E Aumentar o número de parcerias com organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de ações de promoção da igualdade de gênero e oferta de cursos para mulheres por meio da Rede Sou Mais Mulher.

Direitos Humanos

21. Considerando a teoria geral dos direitos humanos, assinale a opção correta.

A Consoante a teoria da margem de apreciação, nenhuma norma de direitos humanos pode ser invocada para limitar o exercício de qualquer direito.

B A característica da indivisibilidade dos direitos humanos decorre da constatação de que a condição de pessoa é o único requisito para a sua titularidade de direitos e das necessidades humanas universais.

C A superioridade das normas de direitos humanos caracteriza-se pela aferição de idoneidade, necessidade e equilíbrio da intervenção do Estado em determinado direito fundamental.

D O princípio da proibição do retrocesso social é uma cláusula de defesa do cidadão em face de possíveis arbítrios impostos pelo legislador no sentido de desconstituir as normas de direitos fundamentais.

E Com a inclusão dos direitos sociais no rol dos direitos do homem, antes composto apenas de direitos de liberdade, os direitos do homem passaram a constituir uma categoria homogênea.

22. Conforme a jurisprudência do STF, tratados de direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional nº 45/2003 possuem, no direito brasileiro, status hierárquico

A supraconstitucional.

B constitucional originário.

C constitucional derivado.

D supralegal.

E legal.

23. É correto afirmar que os direitos humanos fundamentais

A visam estabelecer condições mínimas de vida e desenvolvimento da pessoa humana.

B são aplicáveis tanto a pessoas naturais quanto a pessoas jurídicas.

C têm por finalidade a proteção contra o arbítrio das empresas multinacionais.

D surgiram após o nascimento da ideia do constitucionalismo.

E consistem em instrumentos de legitimação do poder punitivo do próprio Estado e de suas autoridades constituídas.

24. Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa que indica corretamente as três gerações de direitos, na

ordem histórica em que elas são classificadas pela doutrina.

- A Direitos da coletividade; direitos de solidariedade ou de fraternidade; e direitos e garantias individuais.
- B Direitos de liberdade positiva; direitos de liberdade negativa; e direitos de solidariedade ou de fraternidade.
- C Direitos civis e sociais; direitos de liberdades e garantias individuais; e direitos coletivos e transindividuais.
- D Direitos de liberdade negativa, civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos de fraternidade ou de solidariedade.
- E Direitos trabalhistas; direitos sociais; e direitos da democracia.

25. Assinale a alternativa correta em matéria de Direitos Humanos.

- A O Brasil desde os tempos de colônia atua na defesa dos Direitos Humanos.
- B São Tomás de Aquino, durante a Idade Média, atuou como grande defensor dos Direitos Humanos combatendo a discriminação e a violência.
- C No século vinte, após a Revolução Francesa, foi proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- D Não há registros históricos de defesa dos Direitos Humanos antes da segunda metade do Século XX
- E Após a Convenção de Estocolmo, o Brasil tornou-se signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Noções de Criminologia

26. Assinale a opção que apresenta corretamente a teoria que defende a ideia de que a conduta criminosa resulta de uma série de estímulos contínuos na vida do indivíduo, sendo produto de suas experiências passadas.

- A teoria do reforço diferencial
- B teoria dos instintos
- C teoria do condicionamento operante
- D teoria da identificação diferencial
- E teoria dos tipos de autor

27. Entre as teorias sociológicas do crime, aquela que buscou explicar os crimes de colarinho branco (white-collar crimes) foi a

- A teoria da anomia, desenvolvida por Robert King Merton, com base na doutrina de Durkheim.

B teoria da associação diferencial, desenvolvida pelo sociólogo americano Edwin Sutherland, com base nos pensamentos de Gabriel Tarde.

C escola de Chicago, cujos estudos se iniciaram nas décadas de 20 e 30 do século XX.

D teoria da subcultura delinquente, desenvolvida por Erving Goffman e Howard Becker, na década de 50 do século XX.

E teoria do labelling approach, desenvolvida a partir do trabalho do sociólogo holandês Bongers, na década de 60 do século XX.

28. Assinale a opção em que são apresentados corretamente dois exemplos de formas de prevenção terciária do crime.

A programas de combate à fome e financiamento de moradias

B financiamento estudantil e programa de incentivo ao primeiro emprego

C programas de reabilitação do recluso e financiamento estudantil

D práticas de ressocialização e de reabilitação dos apenados

E financiamento de moradias e programas de combate ao desemprego

29. A criminologia tem como característica fundamental

A o tecnicismo na elaboração normativa.

B a interdisciplinaridade.

C a análise positivada do direito penal.

D o juízo sobre a efetividade do direito processual penal.

E o estudo do ordenamento jurídico pátrio como um todo.

30. Para a criminologia, _____ deve ser encarado(a) como um problema social e comunitário. Qual alternativa completa adequadamente a lacuna anterior?

A o delito.

B o delinquente.

C o controle social.

D a vítima.

E a atuação do Estado.

Raciocínio Lógico

31. Se, em uma delegacia, 6 servidores de plantão atendem 28 pessoas em 8 horas, então, para que 42 pessoas sejam atendidas em 6 horas durante um

plantão nessa delegacia, a quantidade de servidores disponíveis deverá ser igual a

- A 7.
- B 8.
- C 10.
- D 12.
- E 14.

32. Uma fila será formada por 4 homens e 4 mulheres. Assinale a opção que apresenta o número de maneiras possíveis de se organizar essa fila tal que as pessoas de sexo oposto fiquem intercaladas.

- A 70
- B 576
- C 1.152
- D 1.680
- E 40.320

33. Suponha que cinco números estejam em progressão aritmética, sendo o menor deles igual a 4 e o maior igual a 16. Nesse caso, a soma desses números é igual a

- A 20.
- B 30.
- C 40.
- D 60.
- E 50.

34. Assinale a opção em que é corretamente apresentada uma proposição que é logicamente equivalente à proposição “Se não há débito fiscal, então não há cobrança.”.

- A Há débito fiscal e há cobrança.
- B Há débito fiscal ou não há cobrança.
- C Não há débito fiscal ou não há cobrança.
- D Não há débito fiscal e não há cobrança.
- E Não há débito fiscal ou há cobrança.

35. Assinale a opção em que é corretamente apresentada uma negação da proposição “Você me acha linda porque você gosta de mim”.

- A Você me acha linda, mas não gosta de mim.
- B Se você me achasse linda, você gostaria de mim.
- C Você não me acha linda, apesar de gostar de mim.
- D Você não me acha linda porque você não gosta de mim.
- E Você não gosta de mim porque você não me acha linda.

Língua Inglesa

Texto 18A3-I (Questões 36 a 40)

The roar of a waterfall suggests the power of water. Rampaging floodwaters can uproot strong trees and twist railroad tracks. When the power of water is harnessed, however, it can do useful work for humans.

Since ancient times, people have put the energy in the flow of water to work. They first made water work for them with the waterwheel, a wheel with paddles around its rim. Flowing water rotated the waterwheel, which in turn ran machinery that was linked to it. Today, new kinds of waterwheels – turbines – spin generators that produce electricity. Electricity from waterturned generators is known as hydroelectricity.

By building a dam across a river, the natural upstream water level is elevated and a difference in head is created that can be used to drive turbines and generate electricity. A large upstream reservoir may balance seasonal water flow; rain or melted snow can be stored in the reservoir during the wet season to provide electricity during dry seasons.

Waterpower is distributed unevenly among the continents and nations of the world. Europe and North America have developed much of their waterpower. Asia, South America, and Africa have abundant waterpower potential, but while countries such as China and Brazil have become leading hydroelectric producers, much of the waterpower resource on those continents remains undeveloped.

Elizabeth Lachner. Hydroelectricity. Rosen P. Group – Adaptado

36. The expression “The roar of a waterfall” (first sentence of text 18A3-I), is more closely related to the sense of

- A taste.
- B hearing.
- C smell.
- D sight.
- E touch.

37. In the third sentence of the second paragraph of text 18A3-I, the pronouns “which” and “it” are both replacing

- A “rim” (second sentence of the second paragraph).
- B “the waterwheel” (third sentence of the second paragraph).
- C “machinery” (third sentence of the second paragraph).
- D “flowing water” (third sentence of the second paragraph).

E “paddles” (second sentence of the second paragraph).

38. Based on the fragment “much of the waterpower resource on those continents remains undeveloped” (last sentence of text 18A3), it can be concluded that

A Europe and North America have more waterpower resources than South America and Asia.

B Asia, South America, and Africa have already developed their waterpower potential.

C China and Brazil still have not developed their waterpower potential.

D Europe and North America have a larger number of hydroelectric stations than Asia, South America, and Africa.

E Asia, South America, and Africa have a lot of waterpower potential yet to exploit.

39. In the first paragraph of text 18A3-I, the expression which best suggests an image of the power of man over rivers is

A “uproot strong trees”.

B “the power of water is harnessed”.

C “twist railroad tracks”.

D “the power of water”.

E “The roar of a waterfall”.

40. Maintaining the original meaning of text 18A3-I, the fragment “Today, new kinds of waterwheels—turbines—spin generators that produce electricity” (fourth sentence of the second paragraph) could be correctly replaced with

A Actually, the turbines, which are new kinds of waterwheels and spins, generate and produce electricity.

B Today, electricity is produced by spin generators, a new kind of waterwheels also known as turbines.

C To produce electricity today it is necessary to use a new sort of waterwheel, a turbine, which spins generators.

D Nowadays, a new type of waterwheels, known as turbines, spins generators that then produce electricity.

E New kinds of waterwheels, which are named turbines and spin generators, have the power to produce electricity today.

Administração

41. De acordo com a abordagem neoclássica da administração, as principais funções do processo administrativo são

A fiscalização, comunicação, correção e ação.

B planejamentos estratégico, tático e operacional.

C comunicação, direção, controle e avaliação.

D planejamento, organização, direção e controle.

E organização, direção, avaliação e controle.

42. O melhoramento contínuo implica um processo infinito, questionando-se continuamente as tarefas detalhadas em cada operação. A natureza repetida e cíclica do melhoramento contínuo constitui o chamado

A ciclo PDCA.

B fluxograma.

C diagrama de Ishikawa.

D diagrama de dispersão.

E histograma.

43. No programa GESPÚBLICA — modelo de excelência em gestão pública —, pensamento sistêmico é um fundamento que consiste

A na compreensão e segmentação do conjunto das atividades e dos processos da organização que agreguem valor para as partes interessadas.

B na busca contínua por novos patamares de conhecimento individual e coletivo, por meio de percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de informações e experiências.

C no alcance de resultados consistentes que assegurem aumento de valor tangível e intangível de forma sustentada para todas as partes interessadas.

D nas relações de interdependência entre os diversos componentes da organização, bem como entre a organização e o ambiente externo, com foco principal na sociedade.

E na indicação do rumo da organização e na constância de propósitos que a mantêm nesse rumo, estando diretamente relacionado à capacidade de se estabelecer um estado futuro desejado para a organização.

44. Na gestão da qualidade, busca-se garantir que o produto efetivamente fornecido ao cliente atenda aos padrões preestabelecidos, o que significa garantir critérios de

A confiabilidade.

- B confiança.
- C conformidade.
- D desempenho.
- E durabilidade.

45. O modelo de liderança em que a participação do líder ocorre de forma limitada, inclusive na tomada de decisão, é conhecido como liderança

- A situacional.
- B posicional.
- C democrática.
- D liberal.
- E autoritária.

Direito Constitucional

46. No que diz respeito às atribuições das polícias na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- I. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares.
- II. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que não necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil.
- III. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

47. No que tange à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- A Durante o estado de defesa, a prisão de qualquer pessoa não poderá ser superior a cinco dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- B Para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, a União poderá decretar estado de defesa em estado, município e no Distrito Federal, o qual perdurará pelo prazo máximo de trinta dias.
- C Na vigência de estado de sítio, admite-se a imposição de restrições à liberdade de imprensa, de radiodifusão e de televisão.

- D Compete ao Conselho de Defesa Nacional aprovar a decretação do estado de defesa e do estado de sítio.
- E O presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de defesa.

48. Pedro foi preso em flagrante, mas alegou que sua prisão foi ilegal porque não houve comunicação imediata da sua prisão à sua família e à autoridade judiciária competente. Nessa situação hipotética, entre os direitos fundamentais, Pedro teve violado o direito

- A à segurança.
- B à propriedade.
- C à liberdade de expressão.
- D à intimidade.
- E ao devido processo legal.

49. No que concerne aos direitos e aos deveres individuais e coletivos, bem como aos direitos sociais, de nacionalidade e políticos, assinale a opção correta.

- A Ao tratar dos direitos políticos, a Constituição Federal de 1988 (CF) admite, apenas em caráter excepcional, candidaturas avulsas, isto é, de não filiados a algum partido político.
- B O direito a não ser torturado é exemplo de direito fundamental de caráter absoluto.
- C Em virtude da proteção constitucional à intimidade, nenhuma informação sobre a vida das pessoas pode ser divulgada sem o consentimento delas.
- D Na determinação da nacionalidade dos brasileiros, a Constituição Federal de 1988 (CF) adota exclusivamente o critério territorial (jus soli).
- E Devido à liberdade de crença, a Constituição Federal de 1988 (CF) não admite o proselitismo religioso.

50. Assinale a opção correta com relação ao direito de greve dos servidores públicos.

- A No âmbito da segurança pública, o direito de greve somente pode ser exercido pelos policiais civis e militares que gozem do direito de estabilidade.
- B A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, não sendo permitida a compensação em caso de acordo.
- C No âmbito da segurança pública, somente os policiais civis podem fazer greve.

D Nenhum servidor público pode fazer greve, uma vez que inexistente lei específica que regulamente esse direito.

E O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e militares, bem como a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

Direito Administrativo

51. Na administração pública, um dos princípios estabelecidos pela CF destina-se a garantir que as ações e decisões dos órgãos públicos sejam tomadas com neutralidade, sem favorecimentos ou discriminações por razões de afinidades pessoais, políticas ou ideológicas. Essa descrição refere-se ao princípio da

- A publicidade.
- B moralidade.
- C legalidade.
- D impessoalidade.
- E eficiência.

52. Havendo previsão legal que expressamente autorize a sua atuação, a administração pública pode executar diretamente seus atos administrativos, inclusive se utilizando do uso da força se necessário, sem a necessidade da intervenção do Poder Judiciário. Tal atributo do ato administrativo corresponde à

- A coercibilidade.
- B imperatividade.
- C autoexecutoriedade.
- D presunção de legitimidade.
- E tipicidade.

53. Determinado servidor público, durante uma vistoria, identificou uma empresa que está operando sem as devidas licenças, o que configura uma infração administrativa. Utilizando os poderes administrativos que competem ao seu cargo, o referido servidor público decidiu aplicar sanções à empresa e ordenar a interrupção imediata das atividades. Nessa situação hipotética, o servidor fez uso do poder administrativo

- A normativo.
- B disciplinar.
- C hierárquico.
- D de polícia.
- E regulamentar.

54. A responsabilidade civil de concessionária de transporte rodoviário no exercício do serviço público é

- A subjetiva, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo causal, além do dolo ou da culpa.
- B objetiva, fundada no risco administrativo, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- C objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar apenas o resultado.
- D objetiva, fundada no risco do negócio, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- E objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.

55. Assinale a opção correta à luz da Lei de Improbidade Administrativa em vigor (Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações).

- A A sentença que concluir pela carência de ação ou pela improcedência do pedido formulado em ação de improbidade administrativa estará sujeita ao reexame obrigatório.
- B As ações de improbidade administrativa não estão sujeitas à prescrição intercorrente.
- C Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres de ente público.
- D Na ação de improbidade administrativa, para a decretação cautelar de indisponibilidade de bens do réu, basta a demonstração da probabilidade do direito alegado, sendo presumido o perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.
- E A indisponibilidade de bens, quando decretada, recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

Direito Penal

56. Está sujeito à lei brasileira o crime

- A praticado em embarcação estrangeira na zona econômica exclusiva brasileira.
- B praticado em embarcação privada brasileira atracada em país estrangeiro, se o agente tiver sido condenado no referido país.

C contra a honra do presidente da República praticado no exterior.

D praticado em embarcação privada de bandeira brasileira em mar territorial de país estrangeiro signatário do MERCOSUL.

E de genocídio, quando o agente for absolvido no país estrangeiro, mesmo sendo domiciliado no Brasil.

57. A lei penal temporária

A é aplicada a fatos ocorridos na sua vigência, desde que sejam julgados definitivamente nesse período.

B é elaborada para vigorar em períodos anormais, e sua vigência não tem duração determinada.

C será aplicada nos crimes permanentes mesmo que, cessada a permanência delituosa, outra lei já esteja em vigor.

D deve ser revogada expressamente por outra lei posterior para que cesse a sua vigência.

E inclui o fator temporal como pressuposto da ilicitude punível.

58. Em tema de concurso de pessoas,

A comunicam-se as circunstâncias objetivas ainda que o coautor delas não tivesse conhecimento.

B considera-se partícipe aquele que, sem realizar diretamente a conduta prevista no tipo, comete o crime por meio de outra pessoa não culpável, usada como seu instrumento.

C a pluralidade de agentes figura como elementar dos delitos de concurso necessário.

D caracteriza-se o concurso delitivo quando dois agentes, com conversão de vontades para a prática de um mesmo crime, atuam sem que um saiba da conduta do outro.

E responde pelo resultado em concurso de agentes quem, sem o dever de impedi-lo, mas podendo fazê-lo, se omitiu, assentindo com sua produção.

59. Ronaldo, que é servidor público, recebe a denúncia anônima de que um subordinado está utilizando indevidamente bens públicos para fins particulares. Apesar de ter competência para tomar alguma medida para responsabilizá-lo, Ronaldo decide não agir, por clemência. Nessa situação hipotética, Ronaldo praticou o crime de

A condescendência criminosa.

B advocacia administrativa.

C tráfico de influência.

D prevaricação.

E corrupção ativa.

60. Constitui crime de abuso de autoridade cometido por agente público

A decretar, de forma descabida, a condução coercitiva de testemunha.

B constringer a prestar depoimento pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo.

C retardar o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente.

D deixar de comunicar ao juiz, sem justificativa, prisão em flagrante.

E impedir a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.

Direito Processual Penal

61. No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção correta.

A Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.

B A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.

C A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.

D O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.

E A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.

62. Em relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

A Nos casos de crimes processados mediante ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder ao inquérito por requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la ou do Ministério Público.

B Para verificar a possibilidade de a infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial só poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, após autorização judicial.

C Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas.

D O inquérito é procedimento indispensável para o oferecimento da denúncia.

E O inquérito não poderá ser iniciado sem representação nos casos de crimes em que a cabível ação pública depender de representação.

63. Assinale a opção correta no que diz respeito à interceptação telefônica.

A Não se admite interceptação telefônica de ofício pelo juiz.

B No pedido de interceptação telefônica, a situação objeto da investigação deve ser descrita com clareza, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

C A gravação que não interessar à prova poderá ser inutilizada por decisão da autoridade policial que presidir o inquérito.

D Não há qualquer possibilidade de o pedido de interceptação telefônica ser feito verbalmente.

E O pedido de interceptação de comunicação telefônica deve conter a demonstração de que a sua realização seja necessária à apuração de infração penal, dispensando-se a indicação dos meios a serem empregados.

64. De acordo com a legislação pertinente, caberá prisão temporária para o agente dos crimes de

A aborto, estupro e lesão corporal gravíssima.

B homicídio doloso, estupro e sequestro ou cárcere privado.

C quadrilha ou bando, lesão corporal e induzimento ou instigação ao suicídio.

D furto e invasão de domicílio.

E estupro, epidemia com resultado de morte e aborto.

65. Em se tratando dos crimes de competência dos juzizados especiais criminais, a composição dos danos civis

A somente é cabível nas ações penais privadas.

B resulta, em qualquer tipo de ação penal, na extinção da punibilidade.

C é cabível apenas nas ações penais públicas condicionadas.

D somente é cabível nas ações penais públicas incondicionadas.

E é cabível em qualquer ação penal.

**Legislação Penal e Processual
Penal Extravagante**

66. Está fora do âmbito de proteção da Lei n.º 11.340/2006, que trata da violência doméstica contra a mulher,

A a filha transexual que é ameaçada pelo pai dentro da própria residência.

B a mãe vulnerável que é ameaçada e agredida pela própria filha com a qual convive.

C a mulher agredida dentro do ambiente laboral por colega de trabalho do sexo masculino com quem nunca teve relação íntima ou de afeto.

D a empregada doméstica agredida pelo neto da empregadora dentro da casa desta.

E a mulher vítima de contravenção penal em razão do gênero.

67. No Estatuto do Desarmamento, considera-se crime hediondo

A o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

B ter em depósito arma de fogo de uso permitido.

C o porte ilegal de arma de fogo, em qualquer modalidade.

D o crime de disparo de arma de fogo.

E a posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.

68. Na situação em que o agente pratica discriminação racial em meio de comunicação social, tem-se um exemplo de

A causa de aumento de pena.

B qualificadora.

C causa de diminuição de pena.

D agravante.

E circunstância sem previsão legal, razão porque deverá ser avaliada na pena-base.

69. Acerca do crime de genocídio definido na Lei nº 2.889/56, analise as disposições a seguir.

I. Configura crime de genocídio a adoção de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio de grupo nacional, étnico, racial ou religioso com a intenção de destruí-lo, no todo ou em parte.

II. O crime de genocídio não será considerado crime político para efeitos de extradição.

III. Configura crime de genocídio a submissão, ainda que culposa, de grupo nacional, étnico, racial ou religioso a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial.

Está correto o que se afirma em

A I, apenas.

B I e III, apenas.

C I e II, apenas.

D II e III, apenas.

E I, II e III.

70. De acordo com o Art. 298 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), algumas circunstâncias agravam

as penalidades para os Crimes de Trânsito. Qual das opções a seguir representa uma situação que NÃO está prevista como circunstância agravante de acordo com esse artigo?

- A O condutor causar dano potencial para duas ou mais pessoas durante a infração.
- B O condutor utilizar um veículo sem placas ou com placas adulteradas.
- C O condutor estar sob a influência de substâncias que afetem sua capacidade de conduzir.
- D O condutor não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
- E O condutor dirigir com uma Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo.

Direito Penal Militar

71. Considerando-se a distinção entre crime comum e crime militar, é correto afirmar que ocorre crime comum no caso de

- A um civil cometer roubo de valores pertencentes a empresa privada depositados em posto do Banco do Brasil situado em área sob a administração militar.
- B um civil, fora de lugar sujeito à administração militar, praticar crime contra militar que esteja no desempenho de serviço de vigilância por determinação legal superior.
- C um militar integrante da reserva remunerada ter cometido descaminho e, no momento de abordagem policial realizada por militares, apresentar-se como policial militar e exibir carteira funcional para evitar revista do seu automóvel.
- D um policial militar exigir vantagem indevida de um civil, em função de abordagem de rotina realizada em veículo cuja documentação esteja irregular.
- E um civil praticar crime contra as instituições militares e contra o patrimônio sob a administrativa militar, seja em tempo de guerra, seja em tempo de paz.

72. A respeito da imputabilidade penal e do concurso de agentes, assinale a opção correta.

- A Com relação ao concurso de agentes, o CPM adotou, como regra, a teoria dualista.
- B A participação não é possível nos crimes de autoria coletiva necessária, como, por exemplo, o crime de rixa.
- C Adotou o CPM, nos moldes do CP, o chamado sistema biopsicológico ou misto, que sincretiza os sistemas biológico e psicológico.

D De acordo com o CPM, a embriaguez completa, ainda que proveniente de caso fortuito ou força maior, não isenta o réu de pena, mas pode atenuá-la.

E Para o direito penal militar, o indivíduo com menos de dezoito anos de idade será inimputável, salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revelar suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com esse entendimento.

73. O livramento condicional

A é revogado se o liberado vem a ser condenado por crime anterior, ainda que o somatório das penas não ultrapasse a metade da pena cumprida.

B pode ser concedido ao condenado menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos que tenha cumprido um terço da pena, ainda que reincidente.

C é revogado se o liberado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou vier a sofrer nova condenação penal.

D não pode ser concedido ao condenado em concurso de infrações cujas penas unificadas sejam superiores a quatro anos.

E impõe condição de reparar o dano causado pelo crime ao condenado à pena privativa de liberdade que a ele tenha direito, salvo impossibilidade de fazê-lo.

74. A consequência da prática de um delito castrense culpável é a aplicação da sanção penal correspondente, denominada pena. O Código Penal Militar (CPM) prevê penas principais e acessórias. É pena acessória aplicável ao oficial, prevista no artigo 98 do CPM, a

A suspensão do exercício do posto, da graduação, do cargo ou da função.

B internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário.

C multa.

D reforma.

E indignidade para o oficialato.

75. A parte geral do Código Penal Militar (CPM), ao tratar da aplicação da Lei Penal Militar, traz uma série de conceitos e requisitos que devem ser considerados pelo julgador. Considerando as disposições do CPM, é correto afirmar que:

A para fins de aplicação da Lei Penal Militar, o militar da reserva ou reformado equipara-se ao da ativa, estando empregado ou não na administração militar.

B o defeito do ato de incorporação ou de matrícula não exclui a aplicação da lei penal militar, salvo se alegado ou conhecido antes da prática do crime.

C os militares estrangeiros não estão sujeitos à lei penal militar brasileira, quando em comissão ou estágio nas Forças Armadas.

D o militar que, independentemente da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, considera-se superior, para fins de aplicação da lei penal militar.

E quando a lei penal militar se refere a “brasileiro” ou “nacional”, compreende os brasileiros que perderam a nacionalidade.

Direito Processual Penal Militar

76. Com relação às partes no Processo Penal Militar, considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a opção correta.

A O defensor poderá abandonar o processo sem motivo justo, desde que comunique previamente ao juiz da causa.

B Considera-se acusado aquele a quem é imputada a prática de infração penal em denúncia oferecida à Justiça Militar.

C Em caso de abandono do processo pelo defensor, o acusado será intimado para constituir novo defensor, se assim o quiser e, caso não seja encontrado, deverá ser nomeado Defensor Público ou advogado dativo para sua defesa.

D A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, elaborado nos termos da legislação civil de regência.

E Ocorrerá o impedimento de membro do Ministério Público se for amigo ou inimigo íntimo do acusado ou ofendido.

77. Considerando as disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM) relativas ao tema das nulidades, assinale a opção correta.

A O silêncio das partes não tem o condão de sanar os atos nulos, ainda que se trate de formalidade de seu exclusivo interesse.

B A nulidade proveniente de incompetência do juízo não será declarada de ofício, por se tratar de nulidade relativa.

C Será declarada a nulidade de ato processual, ainda que não haja influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa,

D Nenhum ato judicial será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

E A parte poderá arguir a nulidade, ainda que a tenha dado causa ou para que tenha concorrido.

78. Com relação aos recursos no Processo Penal Militar, considerando as disposições aplicáveis ao tema, é correto afirmar que:

A é cabível o recurso de apelação da sentença que não receber a denúncia no todo ou em parte, ou o seu aditamento.

B os recursos poderão ser interpostos pelo Ministério Público, ou pelo réu, seu procurador ou defensor, e serão admitidos, ainda que não haja interesse na reforma ou modificação da decisão.

C é possível que o Ministério Público desista de recurso que haja interposto.

D no Processo Penal Militar, salvo hipótese de ma-fé, não será a parte prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

E caberá recurso no sentido estrito da decisão que julgar procedente a exceção de suspeição.

79. No que diz respeito aos atos probatórios, no Código de Processo Penal Militar (CPPM), é correto afirmar que:

A O silêncio do acusado poderá importar confissão nos casos de crime contra a vida.

B a confissão é irretroatável quando feita perante autoridade competente.

C havendo mais de um acusado, à critério do Juízo, é possível a realização de interrogatório conjunto.

D para que tenha valor de prova, a confissão deve ter compatibilidade e concordância com as demais provas do processo e será indivisível.

E ninguém está obrigado a produzir prova que O incrimine, ou ao seu cônjuge, descendente, ascendente ou irmão.

80. Com base no CPPM, assinale a opção correta sobre o inquérito policial militar.

A O inquérito policial militar é um procedimento administrativo, por isso ele não é sigiloso.

B O encarregado do inquérito policial militar poderá manter o indiciado incomunicável por até 30 dias, se o indiciado estiver legalmente preso.

C No inquérito policial militar, as testemunhas e o indiciado poderão ser ouvidos durante a madrugada, independentemente de urgência inadiável.

D A testemunha poderá ser inquirida por mais de quatro horas consecutivas, não havendo necessidade do descanso de meia hora.

E O inquérito deverá terminar dentro de 20 dias, se o indiciado estiver preso.

PROVA DISCURSIVA

- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para auxílio no preenchimento/auxílio na leitura na realização das provas;
- A prova discursiva valerá **20,00 pontos** e consistirá de resposta a uma questão discursiva, de até **30 linhas**, a respeito de temas relacionados aos conhecimentos específicos;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, o texto a seguir:

A cena dura menos de um minuto. Conduzindo uma motocicleta, um jovem sem camisa nem capacete escapa desesperado pelas vielas de um bairro da periferia de São Paulo. Só é possível vê-lo de costas, pela câmera acoplada no peito do policial militar que, também de moto, o persegue aos gritos: "Para o barato aí!".

Mas ele prossegue até perder o controle do veículo em uma bifurcação. Antes que possa fugir, correndo a pé, ele é contido pelas pernas de outro PM. A reação do entorno é imediata – e é possível ouvir os gritos da população, distante, pedindo para que os policiais não o matem. Então, um homem de meia idade, negro, de óculos, vestindo camiseta regata, calmo, aparece no filme com um documento de identificação nas mãos. "É o RG do meu filho", diz, apontando para o chão. As pessoas ao redor seguem gritando, mas o policial tenta acalmá-las. "Aqui ninguém vai matar ninguém!".

"Num momento como esse se vê a desconfiança que as pessoas têm com a polícia", aponta o analista criminal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Guaracy Mingardi. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e com passagem por departamentos da Polícia Civil de São Paulo, ele é um dos nomes mais respeitados do Brasil no debate sobre segurança pública. "Muitas vezes a pessoa foge dos policiais não porque está praticando um crime ou porque é procurada da Justiça, mas simplesmente por questões administrativas, como um documento vencido, por exemplo", continua ele.

É o que, de fato, acontece no fim do vídeo – com 4,6 mil visualizações e 200 comentários até a metade de março em um perfil de policiais militares no TikTok: ele tentava escapar apenas porque estava sem capacete (infração considerada "gravíssima" no Código de Trânsito Brasileiro).

Vídeos como esses pululam em redes sociais como Facebook, Instagram e TikTok, ora editados a partir das imagens registradas pelas câmeras que policiais levam acopladas no corpo, ora em cenas gravadas pelos próprios aparelhos celulares dos PMs, que depois as usam para alimentar perfis policiais nas plataformas. Em ambos os casos, as publicações são ilegais. [...]

Segurança pública volta ao topo das preocupações e deve pautar eleições 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Segurança Pública – polícia e políticas públicas.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Militar do Distrito Federal

NÍVEL SUPERIOR

Oficial PM (2º Tenente)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	C	B	C	E	B	C	A	A	D	B	B	E	C	D	E	A	B	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	A	D	B	C	B	D	B	A	D	C	E	B	C	B	B	E	B	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	A	D	C	D	D	C	E	B	E	D	C	D	B	E	E	E	C	A	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	E	B	B	E	C	E	B	C	C	A	C	E	E	B	C	D	D	E	E

Modelo de Redação

A segurança pública é uma das questões mais urgentes e complexas enfrentadas pela sociedade brasileira contemporânea. O crescimento alarmante dos índices de criminalidade em diversas regiões do país exige uma análise criteriosa e medidas concretas para garantir a proteção dos cidadãos e a preservação da ordem social. Este é, sem dúvidas, um desafio que demanda a participação ativa de diversos setores, incluindo governo, sociedade civil e forças de segurança.

Um ponto crítico na discussão sobre segurança pública é a necessidade de uma reestruturação das políticas de prevenção e combate ao crime. A atuação repressiva das forças policiais, muitas vezes permeada por métodos violentos, tem se mostrado insuficiente e, em várias ocasiões, contraproducente. Assim, é imperativo que se priorize a inteligência policial, o treinamento contínuo dos agentes de segurança e a implementação de tecnologias avançadas que possam prevenir crimes de forma mais eficaz.

A participação da comunidade na promoção da segurança pública também não pode ser subestimada. Iniciativas de policiamento comunitário, por exemplo, têm se mostrado eficazes ao fortalecer o vínculo de confiança entre a população e as forças de segurança. Isso facilita a troca de informações e a cooperação mútua, criando um ambiente mais seguro e coeso.

Além disso, é imprescindível que o Estado invista em políticas de reintegração social para aqueles que já estiveram em conflito com a lei. O sistema prisional brasileiro, superlotado e marcado por condições sub-humanas, precisa de uma reforma urgente. A criação de programas de reabilitação e reinserção no mercado de trabalho são medidas que podem diminuir a reincidência criminal e oferecer novas perspectivas de vida para esses indivíduos.

Enfim, a segurança pública, enquanto um direito fundamental, deve ser tratada de forma holística e integrada, onde a repressão ao crime esteja acompanhada de políticas sociais eficazes e do engajamento da comunidade. Somente assim será possível construir um país onde todos possam viver com tranquilidade e dignidade. A busca por soluções para esse desafio é um imperativo moral e ético que transcende governos e gerações.